

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO OCS Nº 493/2017 – CONTRATO SAP 4400002932

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, inscrito no CNPJ/MF nº 33.657.248/0001-89, com sede em Brasília – DF e serviços no Rio de Janeiro - RJ, na Av. República do Chile, nº 100, CEP 20031-917, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social, doravante denominado BNDES; e

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO, sociedade inscrita no CNPJ/MF nº 09.346.601/0001-25, com sede na Praça Antonio Prado, 48, 7º andar, CEP 01010-901, Centro, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada CONTRATADA;

Considerando que as PARTES celebraram em 18 de dezembro de 2017 CONTRATO prevendo a prestação de SERVIÇOS especializados de consultoria e assessoria técnica à licitação para a concessão da LOTEX no âmbito do Programa Nacional de Desestatização e do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI;

Considerando que a cláusula 3.1.1, i do CONTRATO prevê a obrigação de o BNDES remunerar a CONTRATADA caso a licitação seja deserta;

Considerando que a cláusula 3.2.2 do CONTRATO, em concordância com a aludida cláusula 3.1.1, i, do CONTRATO, prevê a exigibilidade do pagamento devido à CONTRATADA referente às atividades de preparação da licitação caso, em até 30 (trinta) dias anteriores ao vencimento do CONTRATO, em qualquer hipótese, (i) não ocorra a sessão pública de recebimento ou abertura e classificação das propostas econômicas, ou (ii) não haja uma ADJUDICATÁRIA aprovada pelos órgãos competentes;

Considerando que não acudiram interessados no âmbito do Edital nº 1/2018-PPI/PND, conforme o quanto consignado pela Comissão de Outorga na Ata da Sessão Pública de Recebimento dos Volumes “1 – Garantia de Proposta”, “2 – Proposta Econômica Escrita” e “3 – Documentos de Qualificação” e Abertura do Volume “1 – Garantia de Proposta”, relativamente à sessão realizada aos 25 de junho de 2018;

Considerando que, diante do insucesso na primeira tentativa, o BNDES realizará nova tentativa de desestatização da LOTEX com a assessoria da CONTRATADA, no âmbito do Edital do Leilão N.º 3/2018-PPI/PND;

Considerando que o BNDES solicitou, em e-mail datado de 20 de agosto de 2018, a prorrogação do CONTRATO, com vistas à viabilização da prestação dos SERVIÇOS em assessoria à nova tentativa de desestatização da LOTEX (Anexo I);

Considerando que, sob a ótica do CONTRATO, o valor mencionado na cláusula 3.2.1, B seria exigível do BNDES caso nenhuma das hipóteses previstas na cláusula 3.2.2 do CONTRATO se configurasse até 18.11.2018;

Considerando que as PARTES concordaram em manter a remuneração devida à CONTRATADA em caso de insucesso da licitação, observado o reajuste previsto na cláusula 3.1, acordando, no entanto, alterar o termo inicial fixado para exigibilidade do pagamento devido pelo BNDES em caso de insucesso na nova tentativa de



Ana Paula Roma
Advogada

prevista no Edital do Leilão N.º 3/2018-PPI/PND, afastando-se, assim, a aplicabilidade das cláusulas 3.2.1, B e 3.2.2, i, ambas do CONTRATO, no que diz respeito ao prazo de 30 (trinta) dias anteriores ao término da vigência do CONTRATO como termo inicial para exigibilidade do pagamento devido à CONTRATADA pelo BNDES;

Considerando que as PARTES concordam em prever no CONTRATO a obrigação de o BNDES remunerar a CONTRATADA tão logo seja identificado o insucesso na nova tentativa de leilão; e

Considerando que a cláusula 13.2 do CONTRATO prevê o reajuste de preços, pela aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, conforme a disposição da cláusula 3.2.5 do CONTRATO, acumulado nos doze meses que sucederem ao dia 30/08/2017, sobre o preço referido na cláusula 3.2 do CONTRATO; reajuste este que será contemplado em carta de apostilamento a ser emitida pelo BNDES, na forma prevista no art. 81, § 7º da Lei 13.303/16;

Resolvem as PARTES celebrar este termo aditivo, doravante denominado PRIMEIRO TERMO ADITIVO, regido pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO tem por objeto (i) alterar a célula “MOMENTO” constante da cláusula 3.2.1, B do CONTRATO, com o objetivo de prever que a CONTRATADA deverá ser remunerada pelo BNDES tão logo seja identificado insucesso na segunda tentativa de desestatização da LOTEX, caso esta hipótese se configure; (ii) alterar, consequentemente, a cláusula 3.2.2, caput e inciso i do CONTRATO, que esclarecem a caracterização da hipótese indicada no item (i); (iii) prever a possibilidade de nova tentativa de desestatização da LOTEX e alterar o termo inicial de exigibilidade do pagamento devido pelo BNDES para a hipótese de insucesso do segundo certame; e (iv) prorrogar o prazo de vigência contratual em 6 (seis) meses para a prestação do SERVIÇO em nova tentativa de desestatização da LOTEX, nos moldes do Edital do Leilão N.º 3/2018-PPI/PND.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO PRAZO PARA CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE REMUNERAR A CONTRATADA

2.1 As PARTES concordam em alterar a cláusula 3.1.1, i do CONTRATO, para que passe a vigorar conforme segue:

“i. Em caso de cancelamento, revogação, deserção, suspensão, paralisação, publicação no Diário Oficial, ou qualquer outro evento que inviabilize, invalide ou descontinue a licitação regida pelo Edital do Leilão N.º 3/2018-PPI/PND - sucessora da licitação deserta regida pelo Edital do Leilão N.º 1/2018-PPI/PND -, a remuneração deverá ser integralmente paga pelo BNDES nos termos do disposto na cláusula 3.2.”

2.2 As PARTES concordam em alterar a célula MOMENTO, da linha B da tabela constante da cláusula 3.2.1 do CONTRATO, para que preveja a exigibilidade do



Ana Paula Roma
Advogada

B3.COM.BR

pagamento à CONTRATADA tão logo seja identificado insucesso na segunda tentativa de desestatização da LOTEX, a saber:

Onde se lê:

"Após a identificação da ausência de ADJUDICATÁRIA, 30 (trinta) dias anteriores ao vencimento do CONTRATO."

Leia-se:

"Após a identificação do insucesso da segunda tentativa de desestatização da LOTEX, no âmbito do Edital do Leilão N.º 3/2018-PPI/PND, para pagamento em até 30 (trinta) dias, respeitado o disposto na cláusula 3.2.9."

2.2.1 Considere-se insucesso na segunda tentativa de desestatização da LOTEX a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas na cláusula 3.1.1, i e 3.2.2 do CONTRATO, sendo o pagamento exigível a partir da respectiva ocorrência.

2.3 As PARTES concordam em alterar a cláusula 3.2.2, caput e inciso i do CONTRATO, para que reflita as alterações constantes da cláusula 2.2, conforme segue:

"3.2.2. Será devida pelo BNDES a quantia referente às atividades de preparação da licitação caso, no âmbito do Edital do Leilão N.º 3/2018-PPI/PND, em qualquer hipótese, (i) não ocorra a sessão pública de recebimento ou abertura e classificação das propostas econômicas; ou (ii) não haja uma ADJUDICATÁRIA aprovada pelos órgãos competentes.

i Em ocorrendo qualquer uma das hipóteses (i) e (ii) acima mencionadas, em havendo a realização de novo leilão, o valor da parcela devida pela ADJUDICATÁRIA será ajustado com a finalidade de deduzir o valor pago pelo BNDES, de maneira que o novo valor da parcela devida pela ADJUDICATÁRIA seja retratada no novo edital."

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

3.1 As PARTES concordam que a parcela da remuneração devida à CONTRATADA, seja pelo BNDES ou pela ADJUDICATÁRIA, a depender do CENÁRIO da licitação, deverá ser paga em concordância com reajuste a ser contemplado na carta de apostilamento que será emitida pelo BNDES nos termos da requisição formulada pela CONTRATADA pelo e-mail datado de 04 de outubro de 2018 (Anexo II), em linha com o quanto previsto na cláusula 13.2 do CONTRATO, devendo tal atualização ser processada e autorizada em procedimento específico, respeitadas as alçadas decisórias internas do BNDES, de forma independente desse instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA



Ana Paula Roma
Advogada

ANEXO I

De: Guilherme Peixoto Barboza Dos Santos

Enviada em: terça-feira, 21 de agosto de 2018 11:41

Para: guilherme.albuquerque@bndes.gov.br

Cc: Camila Cezar De Souza <camila.csouza@b3.com.br>; Thais Garcia <thais.garcia@b3.com.br>; ricardo.tannure@bndes.gov.br; heldo.vieira@bndes.gov.br

Assunto: RES: prorrogação do Contrato OCS nº 493/2017

Prezado Guilherme, bom dia.

Com relação ao e-mail abaixo, temos algumas considerações a realizar.

No que diz respeito a renovação contratual por mais 6 meses para realização de nova sessão pública, estamos de acordo.

Não obstante, entendemos que a partir da nova tentativa, a ser realizada em novembro deste ano, já teremos uma posição acerca da ocorrência ou não de pagamento da remuneração da B3 por parte de eventual proponente vencedor ou do BNDES.

Neste sentido, entendemos que o aditivo pode prever data anterior para pagamento da remuneração da B3 por parte do BNDES em caso de novo leilão ser deserto, alterando-se, assim, a sistemática de aguardarmos até 30 dias antes do vencimento da nova vigência, o que se coloca como razoável para ambas as partes.

Propomos que o pagamento seja devido pelo BNDES após 30 dias corridos de novo leilão fracassado, caso ocorra. Vocês estão de acordo?

Se positivo, aguardamos minuta nestes termos.

Abs,



Guilherme Peixoto Barboza dos Santos

Processos Licitatórios

Guilherme.santos@b3.com.br

+55 11 2565 6054

Rua XV de Novembro, 275, São Paulo (SP)
01013-001

B3.COM.BR



De: guilherme.albuquerque@bndes.gov.br <guilherme.albuquerque@bndes.gov.br>
Enviada em: segunda-feira, 20 de agosto de 2018 18:32
Para: Guilherme Peixoto Barboza Dos Santos <guilherme.santos@b3.com.br>
Cc: Camila Cezar De Souza <camila.csouza@b3.com.br>; Thais Garcia <thais.garcia@b3.com.br>; ricardo.tannure@bndes.gov.br; heldo.vieira@bndes.gov.br
Assunto: prorrogação do Contrato OCS nº 493/2017

Prezado Guilherme,

Venho, por meio deste email, tratar sobre a prorrogação do Contrato OCS nº 493/2017, celebrado em 18/12/2017, entre o BNDES e a B3, tendo por objeto a prestação de serviços de assessoria técnica especializada e apoio operacional e consultivo para a concessão da LOTEX.

De acordo com a Cláusula 3.2 do Contrato OCS nº 493/2017, a forma e valor da remuneração devida à B3 pode variar em função do sucesso da licitação da LOTEX. Em caso de sucesso, havendo homologação da licitação, a B3 recebe R\$ 606.717,80 diretamente do vencedor do certame. Em caso de insucesso (não realização das sessões públicas do leilão ou não aprovação da adjudicatária pelos órgãos competentes), a B3 recebe R\$ 114.342,97 do BNDES, em até 30 dias antes do término da vigência contratual.

Em 25/06/2018, foi realizada a sessão pública de entrega das propostas da LOTEX, não havendo proponentes e restando deserta a licitação. O Ministério da Fazenda e a Secretaria do Programa de Parcerias de Investimento - SPPI, decidiram realizar uma nova tentativa de desestatização da LOTEX e, com o apoio do BNDES, estão sendo revisados os documentos de licitação para realização de um novo leilão. Por solicitação do BNDES, a B3 efetuou a reserva das datas de 21/11/2018 e 29/11/2018 para realização, respectivamente, das sessões de entrega de propostas e abertura/classificação das propostas.

Ocorre que o prazo de vigência do Contrato OCS nº 493/2017 é de 12 meses, expirando em 18/12/2018. Nessa linha, o prazo para pagamento, pelo BNDES, da remuneração devida à B3 expira em 18/11/2018.

Diante da decisão do Ministério da Fazenda em realizar uma nova tentativa de licitação da LOTEX e considerando as tratativas recentes realizadas entre o BNDES e a B3 por contato telefônico, **propomos a prorrogação do Contrato OCS nº 493/2017 por mais 6 meses, estendendo sua vigência até 18/06/2018.** Com a prorrogação, será também postergada, na mesma medida, a obrigação de pagamento eventual assumida pelo BNDES, conforme acima descrito. A proposta de prorrogação se baseia na **manutenção das demais cláusulas contratuais, inclusive valores de remuneração devidos pela B3,** observado o critério de reajuste fixado no Contrato OCS nº 493/2017.

B3.COM.BR


Ana Paula Kolling
Advogada





Para realizarmos os trâmites internos para a prorrogação, necessitamos de anuência expressa da B3 com os termos da presente proposta. Caso concordem, adotaremos as medidas necessárias para aprovação e formalização. Nosso departamento de contratações (AJ/JUAH) providenciará a elaboração da minuta de aditivo posteriormente.

Desde já agradecemos.

Guilherme Albuquerque
Chefe de Departamento
Área de Desestatização e Estruturação de Projetos
Av. República do Chile, 100 - 15º andar
20031-917 Rio de Janeiro RJ Brasil
Tel.: + 55 21 3747-8578
guilherme.albuquerque@bndes.gov.br




Ana Paula
Advogada

B3.COM.BR



ANEXO II

De: ricardo.tannure@bndes.gov.br <ricardo.tannure@bndes.gov.br>
Enviada em: quinta-feira, 4 de outubro de 2018 15:49
Para: Camila Cezar De Souza <camila.csouza@b3.com.br>
Cc: 'guilherme.albuquerque@bndes.gov.br' <guilherme.albuquerque@bndes.gov.br>;
Guilherme Peixoto Barboza Dos Santos <guilherme.santos@b3.com.br>;
'heldo.vieira@bndes.gov.br' <heldo.vieira@bndes.gov.br>; Thais Garcia
<thais.garcia@b3.com.br>
Assunto: Re: RES: RES: RES: RES: RES: prorrogação do Contrato OCS nº 493/2017

Classificação: Documento Controlado - Sigilo Empresarial
Restrição de Acesso: Empresas do Sistema BNDES - Uso no âmbito interno
Unidade Gestora: AD/JUDEP (classificação conforme OS PRESI 001/2015-BNDES)

Ok Camila. O Guilherme e o Heldo, que estão copiados, vão dar seguimento aos trâmites necessários para o reajustamento.

Paralelamente, vamos fechando a minuta do aditivo.

Obrigado

Ricardo Tomaz Tannure
Gerente
AD/JUDEP
Tel: (21) 3747-8907
E-mail: ricardo.tannure@bndes.gov.br



De: Camila Cezar De Souza <camila.csouza@b3.com.br>
Para: "ricardo.tannure@bndes.gov.br" <ricardo.tannure@bndes.gov.br>
Cc: "guilherme.albuquerque@bndes.gov.br" <guilherme.albuquerque@bndes.gov.br>, Guilherme Peixoto Barboza Dos Santos <guilherme.santos@b3.com.br>, "heldo.vieira@bndes.gov.br" <heldo.vieira@bndes.gov.br>, Thais Garcia <thais.garcia@b3.com.br>
Data: 04/10/2018 15:41
Assunto: RES: RES: RES: RES: RES: prorrogação do Contrato OCS nº 493/2017

Tannure,

Boa tarde,

Conforme falamos há pouco, solicitamos que seja contemplado o reajuste a que alude a cláusula 13.2 do Contrato para a prorrogação da vigência contratual ora acordada, de maneira que o aditivo a ser firmado faça menção ao termo de apostilamento que será emitido pelo BNDES a partir da presente, prevendo o reajuste nas importâncias a seguir descritas:

B3.COM.BR

Ana Paula Roma
Advogada



	CENÁRIO	RESPONSÁVEL	VALOR INDIVIDUAL	REFERÊNCIA	MOMENTO
A	Existência de ADJUDICATÁRIA	ADJUDICATÁRIA	R\$ 633.356,66 (Seiscentos e trinta e três mil, trezentos e cinquenta e seis reais e sessenta e seis centavos)	Preparação e execução da licitação.	Após a homologação.
B	Inexistência de ADJUDICATÁRIA	BNDES	R\$ 119.363,37 (Cento e dezenove mil, trezentos e sessenta e três reais e trinta e sete centavos)	Preparação da licitação.	Após a identificação do insucesso da segunda tentativa de desestatização da LOTEX.

Obrigada,

*Ana Paula Roma
Advogada*